

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL da AMTSM
Reunião de 13/07/2020

Decisão

Aprovado



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS TERRAS DE SANTA MARIA
CONTAS CONSOLIDADAS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019

JULHO DE 2020

AC

Ana Cristina Pinto Ferreira
Revisor Oficial de Contas

h.


ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS TERRAS DE SANTA MARIA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO DE 2019

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

*Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Associação de Municípios Terras de Santa Maria**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 14.469.133,61 euros e um total de capital próprio de 3.448.176,19 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 81.689,04 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.*

*Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Associação de Municípios Terras de Santa Maria** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com Plano Oficial de Contabilidade do Ministério das Autarquias Locais (POCAL).*

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme referido no relatório de gestão, em 2019, verificaram-se atrasos na execução do contrato de operação, reabilitação e manutenção do sistema de tratamento de águas residuais, no que respeita às obras, estando a ser mantida a operação. Assim, face aos atrasos na execução das obras, está em curso um processo de negociação com o consórcio interveniente no contrato. As estimativas decorrentes dos custos e proveitos associados a este contrato foram efetuadas pela totalidade, podendo as mesmas ser revistas face ao desenvolvimento do processo negocial.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- *preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério das Autarquias Locais (POCAL);*
- *elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;*
- *criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;*
- *adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e*
- *avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.*

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- *identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;*
- *obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;*

- *avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;*
- *concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;*
- *avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;*
- *obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;*
- *comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.*


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Porto, 23 de julho de 2020



Ana Cristina Dá Mesquita Pinto Ferreira
ROC nº 1.254

AC

Ana Cristina Pinto Ferreira
Revisor Oficial de Contas

b.
M

PA

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS TERRAS DE SANTA MARIA

**BALANÇO CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS**

EXERCÍCIO DE 2019

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS TERRAS DE SANTA MARIA

valores em euros

POC	ACTIVO	2019			2018	16-15
		AB	AA	AL	AL	
45	IMOBILIZADO: Bens de Dominio Publico					
432	Imobilizações incorpóreas: Despesas de investig. e desenvolvimento	1.992,60	1.992,60			
		1.992,60	1.992,60			
421	Imobilizações corpóreas: Terrenos e recursos naturais	635.241,96		635.241,96	635.241,96	
422	Edifícios e outras construções	14.653.860,23	8.434.574,03	6.219.286,20	6.513.099,85	-293.813,65
423	Equipamento básico	302.478,97	294.039,18	8.439,79	9.638,40	-1.198,61
424	Equipamento de transporte	74.088,39	74.088,39		1.890,37	-1.890,37
426	Equipamento administrativo	81.078,41	72.196,76	8.881,65	10.534,67	-1.653,02
429	Outras imobilizações corpóreas	370.737,52	370.652,82	84,70	329,95	-245,25
441/6	Imobilizações em curso	946.193,50		946.193,50	946.193,50	
		17.063.678,98	9.245.551,18	7.818.127,80	8.116.928,70	-298.800,90
	Investimentos financeiros					
	CIRCULANTE: Existências:					
35	Produtos e trabalhos em curso					
33	Produtos acabados e intermédios	3.641.549,72		3.641.549,72	4.291.826,44	-650.276,72
		3.641.549,72		3.641.549,72	4.291.826,44	-650.276,72

B.



POC	ACTIVO	2019			2018	16-15
		AB	AA	AL	AL	
	Dívidas de terceiros -Médio e longo prazo:					
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
211	Clientes, c/c	40.405,50		40.405,50		40.405,50
24	Estado e outros entes públicos	733.564,51		733.564,51	809.773,57	-76.209,06
264	Administração autarquica	316.364,34		316.364,34	162.739,72	153.624,62
262 a 268+221	Outros devedores	354.411,40		354.411,40	106.398,85	248.012,55
		1.444.745,75		1.444.745,75	1.078.912,14	365.833,61
	Títulos negociáveis:					
	Depósitos bancários e caixa:					
12	Depósitos em instituições financeiras	521.534,43		521.534,43	377.287,07	144.247,36
11	Caixa	1.000,00		1.000,00	490,25	509,75
		522.534,43		522.534,43	377.777,32	144.757,11
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
271	Acréscimos de proveitos	1.040.835,50		1.040.835,50	343.116,10	697.719,40
272	Custos diferidos	1.340,41		1.340,41	28.351,99	-27.011,58
		1.042.175,91		1.042.175,91	371.468,09	670.707,82
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		9.247.543,78			
	TOTAL DE PROVISÕES					
	TOTAL DO ACTIVO	23.716.677,39	9.247.543,78	14.469.133,61	14.236.912,69	232.220,92

POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2019	2018	16-15
	CAPITAL PRÓPRIO:			
51	Património	5.273.729,95	5.273.729,95	
	Reservas:			
571	Reservas legais	63.466,95	63.466,95	
59	Resultados transitados	-1.807.331,67	-1.694.829,28	-112.502,39
	SUBTOTAL	3.529.865,23	3.642.367,62	-112.502,39
88	Resultado líquido do exercício	-81.689,04	-87.289,67	5.600,63
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	3.448.176,19	3.555.077,95	-106.901,76
	Interesses Minoritários	85.086,04	82.451,37	2.634,67
	PASSIVO:			
	Provisões			
298	Outras provisões			
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			
	Dívidas a terceiros - Curto prazo			
233	Empréstimos por títulos de participação			
231+12	Dívidas a instituições de crédito	2.059.666,33	2.664.280,88	-604.614,55
221	Fornecedores, c/c	521.921,10	189.282,09	332.639,01
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c			
24	Estado e outros entes públicos	9.713,74	7.392,65	2.321,09
262 a 268+211	Outros credores	29.229,85	271.781,82	-242.551,97
		3.038.031,02	3.132.737,44	-94.706,42
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
273	Acréscimos de custos	1.984.916,82	1.103.942,27	880.974,55
274	Proveitos diferidos	5.912.923,54	6.362.703,66	-449.780,12
		7.897.840,36	7.466.645,93	431.194,43
	TOTAL DO PASSIVO	10.935.871,38	10.599.383,37	336.488,01
	TOTAL CAP.PRÓPRIO, IM E DO PASSIVO	14.469.133,61	14.236.912,69	232.220,92

Handwritten initials and signatures in the top right corner of the page.

POC	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2019		2018	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das merc. vendidas - matérias cons ^{as}				
	Mercadorias				
	Matérias	650.276,72	650.276,72	1.142.035,20	1.142.035,20
62	Fornecimentos e serviços externos	-	1.713.373,52	-	1.046.790,72
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	171.020,44		165.351,66	
	Encargos sociais:				
643+644	Pensões				
645/8	Outros	48.667,33		49.322,79	
63	Transferências correntes concedidas e presta		219.687,77		214.674,45
66	Amortizações do exercício	315.665,57		313.104,69	
67	Provisões		315.665,57		313.104,69
65	Outro custos e perdas operacionais	80.448,84	80.448,84	106.013,84	106.013,84
	(A).....		2.979.452,42		2.822.618,90
68	Custos e perdas financeiros		72.184,29		70.903,14
	(C).....		3.051.636,71		2.893.522,04
69	Custos e perdas extraordinários	-		-	9.589,67
	(E).....	-	3.051.636,71	-	2.903.111,71
86	Imposto Corrente		1.216,48		186,17
	(G).....		3.052.853,19		2.903.297,88
	Interesses Minoritários		2.634,67		403,21
88	Resultado líquido do exercício		-81.689,04		-87.289,67
			2.973.798,82		2.816.411,42
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas e Prestações de Serviços				
	Vendas	390.000,00		642.000,00	
	Prestações de serviços	60.735,77	450.735,77	7.519,69	649.519,69
72	Impostos e Taxas				
(3)	Variação da produção	-		-	
75	Trabalhos para a própria entidade	-		-	
73	Proveitos suplementares	62,63		247,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	2.042.358,52		1.394.844,66	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
77	Reversões de amortizações e ajustamentos		2.042.421,15		1.395.091,66
	(B).....		2.493.156,92		2.044.611,35
78	Proveitos e ganhos financeiros				
	(D).....		2.493.156,92		2.044.611,35
79	Proveitos e ganhos extraordinários	-	480.641,90	-	771.800,07
	(F).....		2.973.798,82		2.816.411,42

RESUMO:	2019	2018
RESULTADOS OPERACIONAIS: (B) - (A)	-486.295,50	-778.007,55
RESULTADOS FINANCEIROS: (D - B) - (C - A)	-72.184,29	-70.903,14
RESULTADOS CORRENTES: (D) - (C)	-558.479,79	-848.910,69
RESULTADOS ANTES IMPOSTOS: (F) - (E)	-77.837,89	-86.700,29
RESULTADO LÍQUIDO EXERCÍCIO COM IM: (F) - (G)	-79.054,37	-86.886,46
RESULTADO LÍQUIDO EXERCÍCIO SEM IM: (F) - (G)	-81.689,04	-87.289,67

AC

Ana Cristina Pinto Ferreira
Revisor Oficial de Contas

h.
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS TERRAS DE SANTA MARIA

**RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E
RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA**

EXERCÍCIO DE 2019

h
MA
MA

ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS TERRAS DE SANTA MARIA
CONTAS CONSOLIDADAS REPORTADAS A
31 DE DEZEMBRO DE 2019
RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Índice:

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	2
2. TRABALHOS DESENVOLVIDOS	2
2.1. PROCEDIMENTOS:.....	2
2.1.2.1. <i>Procedimentos de pré-consolidação</i>	2
2.1.2.2. <i>Revisão das operações de consolidação</i>	3
2.1.3. <i>Acontecimentos subsequentes</i>	4
3. RELATÓRIO E CONTAS	4

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Procedemos à revisão legal das contas consolidadas da entidade **ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS TERRAS DE SANTA MARIA**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão consideradã necessária nas circunstâncias.

Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva certificação legal das contas com data de 23 de julho de 2020, sem qualquer qualificação.

2. TRABALHOS DESENVOLVIDOS

2.1. PROCEDIMENTOS:

2.1.1. Com vista ao exame das contas consolidadas:

- a) efetuámos reuniões com a Direcção Financeira sobre os principais aspetos resultantes dos trabalhos de verificação efetuados no âmbito das contas consolidadas;
- b) verificámos as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação;
- c) verificámos as operações de conversão do balanço das entidades incluídas na consolidação de SNC para o POCAL consolidação;
- d) verificámos as operações de consolidação;
- e) apreciamos se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- f) Verificámos as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas como comparativo.

2.1.2. De entre os procedimentos adotados com vista à Certificação legal das contas, destacamos os seguintes:

2.1.2.1. *Procedimentos de pré-consolidação*

No que respeita aos procedimentos de pré-consolidação:

- a) Verificação do perímetro de consolidação (2 entidades), bem como da adequação dos respetivos métodos de consolidação utilizados (método integral).

Das empresas incluídas na consolidação, apenas a empresa mãe, a AMTSM, foi certificada por nós. As demonstrações financeiras da PERM foram objeto de Revisão Legal das Contas por outras Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.

Solicitámos aos auditores das empresas PERM, que respondessem questionários próprios.

- b) Análise efetuada aos relatórios de gestão e às demonstrações financeiras das empresas objeto de consolidação, tendo em vista avaliar a harmonização dos critérios valorimétricos e de constituição das amortizações e ajustamentos, da estrutura das demonstrações financeiras, bem como obter informação respeitante à credenciação das contas.

2.1.2.2. Revisão das operações de consolidação

No que respeita à revisão das operações de consolidação, efetuámos os seguintes procedimentos:

- a) Análise dos resultados e/ou teste sobre:
- * A análise das demonstrações financeiras das empresas consolidadas pelo método integral;
 - * Verificação do processo de conversão das contas da PERM do Sistema de Normalização Contabilística para o POCAL;
 - * Eliminação dos saldos intra-grupo, constatando não existirem saldos intra-grupo a eliminar;
 - * Eliminação das transações intra-grupo, incluindo todos os gastos e rendimentos obtidos em operações realizadas entre empresas do grupo;
 - * Harmonização de políticas contabilísticas, designadamente no que respeita à eliminação dos impostos diferidos reconhecidos pela PERM nas suas contas individuais.
- b) Como a AMTSM são detentoras da PERM desde a data de constituição, não existe Goodwill apurado na aquisição.
- c) Verificação do valor dos interesses minoritários, que representam a parte dos restantes acionistas da PERM no grupo. Estes interesses minoritários no balanço e na demonstração dos resultados ascendem a:

	Balanço	Demonstração dos resultados
Interesses Minoritários	85.086,04	2.634,67
	85.086,04	2.634,67

d) Análise das variações ocorridas nos Capitais próprios das empresas a consolidar, sendo que o capital próprio consolidado da AMTSM ascende a:

	2019	2018
Capital	5.273.729,95	5.273.729,95
Reservas legais	63.466,95	63.466,95
Resultados transitados	-1.807.331,67	-1.694.829,28
Resultado líquido consolidado	-81.689,04	-87.289,67
	3.448.176,19	3.555.077,95

2.1.3. Acontecimentos subsequentes

Não temos conhecimento de acontecimentos subsequentes à data de referência do exercício, que alterem as demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme referido no Relatório de Gestão e no Anexo, a direção não considera que os efeitos da pandemia COVID 19 coloque em causa a prossecução da atividade e dos compromissos.

3. RELATÓRIO E CONTAS

Apreciámos a conformidade do Relatório de Gestão consolidado com as contas do exercício de 2018, concluindo que o mesmo satisfaz os requisitos legais, e está em conformidade com as contas do exercício.

Apreciámos a conformidade das contas consolidadas do exercício de 2019, concluindo que as mesmas satisfazem os requisitos legais, e foram elaboradas com base no balancete consolidado de situação reportado a 31 de dezembro de 2019.

Porto, 23 de julho de 2020

Ana Cristina Dá Mesquita Pinto Ferreira
ROC nº 1.254